

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: A ABORDAGEM CEPALINA

Osmar Antonio Bonzanini¹
Tamara Silvana Menuzzi Diverio²
Luiz Gustavo Zuliani da Silva³

Resumo

A proposta desse artigo é apresentar a visão da CEPAL e a sua contribuição para as reflexões sobre o desenvolvimento econômico. A primeira parte do trabalho trata do surgimento e evolução do pensamento da CEPAL durante seus mais de sessenta e cinco anos de existência. A seguir aborda-se a teoria da dependência, que acredita-se tenha sido a grande contribuição do pensamento cepalino, com a mudança de enfoque de uma visão unicamente do prisma dos países centrais, para uma ótica do ponto de vista dos países periféricos. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, que resulta em uma breve análise do momento da globalização da economia como um processo excludente na história do capitalismo, enfatizando a importância do pensamento cepalino revigorado nos dias de hoje.

Palavras-chave: CEPAL. Desenvolvimento. Teoria da dependência.

Introdução

A problemática do desenvolvimento tem se apresentado como um tema de inúmeros debates ao longo do tempo. O assunto não é recente e a crescente preocupação das pessoas com as condições de vida, em todo o mundo, tem motivado novas discussões. Para Santos (2005) existiram ondas de globalização que ocorreram ao longo do milênio passado, sendo a mais recente no final do século XX e sua novidade se deve ao fato de se tratar de um acontecimento com magnitude ímpar, cobrindo um amplo campo da vida social e da influência estatal, bem como na desigualdade entre o Norte e o Sul na qual se baseia e alimenta, ou seja, a soberania dos Estados mais fracos vê-se ameaçada não mais pelos Estados mais poderosos e sim por agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais.

Apesar das discussões sobre o desenvolvimento serem clássicas, novas ideias têm tornado atual este debate. A questão do desenvolvimento, para alguns autores como Amartya

¹ Contador. Doutor em Gestão pela UTAD/Portugal. Docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Frederico Westphalen/RS. bonzanini@uri.edu.br

² Economista. Doutora em desenvolvimento rural (UFRGS). Docente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da UNICRUZ e docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Frederico Westphalen/RS. diverio@uri.edu.br

³ Economista. Engenheiro Civil. Mestre em desenvolvimento regional (UNISC). Docente da docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Frederico Westphalen/RS. zuliani@uri.edu.br

Sen (2000), passa pela liberdade, ou seja, o desenvolvimento precisa estar relacionado com a melhora na qualidade de vida das pessoas e das liberdades que desfrutam, podendo assim ter oportunidade para desenvolver suas potencialidades. Para o autor o desenvolvimento deve ser analisado sob um viés distinto em contraposição ao viés limitativo que considera o desenvolvimento meramente através de fatores como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

Os problemas sociais exigem tanta atenção quanto os econômicos e é a partir da identificação das dificuldades sociais que as restrições que impedem o desenvolvimento serão superadas. Na visão de Furtado (1974) torna-se necessário a elaboração de um projeto de desenvolvimento para definir os planos de ação na busca dos resultados aspirados a partir do social. Para tanto se faz necessário uma modificação no modelo de desenvolvimento a ser implementado, com a finalidade de superar a condição de dependência característica do subdesenvolvimento. Ou seja, um projeto de construção do desenvolvimento deve ser viabilizado por meio de uma atuação política ativa, que promova igualdade e bem-estar social.

Na América Latina, a dependência econômica em relação aos países do “Primeiro Mundo”, coloca a questão do desenvolvimento como tema central na busca de soluções para acabar com as desigualdades sociais. Neste contexto, diversas personalidades uniram-se em torno de uma associação, com o objetivo de mudar os rumos do desenvolvimento na América Latina. Assim, Surgiu a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), como um fórum que acabou criando uma visão particular do desenvolvimento e subdesenvolvimento pela ótica dos países periféricos, inovando, portanto, em relação aos tradicionais pensadores da época de seu surgimento, que apenas viam o subdesenvolvimento, característico dos países do Sul, como um estágio do desenvolvimento. A CEPAL, além de gerar um enfoque analítico próprio, foi, durante seus mais de sessenta e cinco anos de existência, a principal fonte de informações e análise sobre a realidade econômica e social da América Latina (BIELSTHOWSKY, 2000).

Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar o surgimento e evolução do pensamento da CEPAL durante seus mais de sessenta e cinco anos de existência, além de abordar a teoria da dependência. Não tem-se o propósito de esgotar o tema, mas apresentar ideias básicas que introduzam a discussão e reflexão sobre o assunto.

1. Metodologia

Para a elaboração desta pesquisa, a qual tem como foco principal apresentar o surgimento e evolução do pensamento da CEPAL durante seus mais de sessenta e cinco anos de existência e, mais especificamente, abordar a teoria da dependência e as atualidades do pensamento cepalino, optou-se pelos métodos de natureza qualitativa, que permitem uma abordagem exploratória e descritiva, através de procedimentos bibliográficos e documentais.

Para Cervo e Bervian (2002, p. 23) “o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou um resultado desejado”. Para os referidos autores, este se concretiza como um conjunto das diversas etapas ou passos que devem ser dados para a realização da pesquisa, tais como as técnicas, procedimentos científicos utilizados por uma determinada ciência para atingir um determinado objetivo.

Sendo assim, do ponto de vista da abordagem do problema, este estudo pode ser classificado como de natureza qualitativa. Segundo Richardson (1985), a abordagem qualitativa se justifica por ser uma forma adequada para compreender a natureza de um fenômeno social.

Com relação a seus objetivos, esta pesquisa se enquadra como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória foi desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral, buscando maior aproximação com o assunto. Essa fase foi uma das primeiras etapas que deu início a uma investigação mais ampla. Por sua vez, a pesquisa descritiva permitiu que fossem estabelecidas relações entre os materiais pesquisados e leitura de documentos sobre o assunto, e, com isso, surgisse uma nova visão do problema. De acordo com Gil (2009, p. 28) “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relação entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação, aproximando-se da pesquisa explicativa”.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental. Sob o aspecto da pesquisa bibliográfica, neste estudo, procurou-se ter um melhor entendimento do tema a partir de estudos já realizados e publicados, tais como teses, dissertações e artigos científicos da área de estudo. Para os dados secundários, foram utilizadas fontes bibliográficas como pesquisas em livros, dissertações, teses, revistas especializadas e artigos atualizados.

2. Resultados e discussões

2.1 Surgimento e evolução do pensamento cepalino

A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU), seu objetivo é induzir o desenvolvimento da Região a médio e longo prazo. Instituída em 25 de fevereiro de 1948, pela Resolução nº 106 do Conselho Econômico e Social, aprovada pela Assembleia Geral da ONU após o término da 2ª Guerra Mundial. Criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

De acordo com Bielsthowsky (2000) a partir das queixas dos países latino-americanos de terem sido excluídos do Plano Marshall, projeto dos EUA destinado à recuperação das economias europeias devastadas pela guerra e pela falta de acesso aos dólares escassos necessários à reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região, a Cepal surgiu, portanto, no contexto de um mundo polarizado, como uma concessão dos EUA e uma estratégia para conter o avanço das ideias socialistas na América Latina. Os primeiros trabalhos da CEPAL buscaram diagnosticar os problemas específicos de cada país, procurando detectar o que dificultava o seu desenvolvimento econômico. As ferramentas que os economistas possuíam, na época, eram a versão ricardiana do crescimento econômico e o instrumental keynesiano da análise macroeconômica.

Conforme Bielsthowsky (2000) a CEPAL tinha tudo para ser apenas mais uma inexpressiva agência da ONU, mas o estudo do desenvolvimento econômico da América Latina ganhou impulso a partir dos trabalhos de Raúl Prebisch – economista argentino, que apresentou uma nova abordagem política, transformando-se na base do pensamento cepalino e a grande referência ideológica e analítica dos intelectuais do desenvolvimento. Prebisch pode ser considerado o pai da teoria estruturalista do desenvolvimento econômico e estendeu a teoria ao mundo em desenvolvimento, além de ser o primeiro economista a enxergar a América Latina como algo à parte.

A concepção de Prebisch sobre o sistema centro-periferia baseava-se no fato de que as relações econômicas entre os países desenvolvidos, tratados como centro da economia capitalista mundial, e os países subdesenvolvidos, tratados como periferia, caracterizavam-se por trocas desiguais, em função da maior especialização dos países centrais em produtos industriais, maior renda e demanda, enquanto os países periféricos especializavam-se em produtos agrícolas e têm menor renda e demanda. Isto favorecia aqueles países de maior renda *per capita*, ao mesmo tempo em que criava maiores obstáculos à importação, por parte dos países periféricos, dos bens de capital necessários ao seu desenvolvimento.

Para Souza (1993), o ponto inicial da análise de Prebisch, foi a crítica à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, que afirmava que os países deveriam especializar-se na produção de produtos para os quais se apresentasse vantagens comparativas de custo. O exemplo clássico da aplicação desta teoria é a do custo mais baixo de mão-de-obra para a produção vinícola e têxtil em Portugal do que na Inglaterra, sendo a vantagem comparativa maior na produção de vinho do que na de tecidos. Portanto, seria mais vantajoso, para ambos os países, produzir vinhos em Portugal e têxteis na Inglaterra. A partir desta teoria, a América Latina deveria produzir alimentos e matérias-primas para a exportação e importar produtos manufaturados. Os países periféricos não precisariam industrializar-se para alcançar o desenvolvimento porque as relações de troca entre os países melhorariam em vista da menor incorporação de tecnologia no setor primário e maior demanda dos países centrais em virtude do crescimento de sua renda que provocaria um aumento do preço dos produtos primários.

Para Bielsthowsky (2000), o termo “periférico”, usado por Prebisch mesmo antes de ingressar na CEPAL, significava a vulnerabilidade latino-americana aos ciclos econômicos, resultando em processos inflacionários com um forte componente exógeno e tendências a contrações cíclicas internas que, politicamente, potencializavam soluções macroeconômicas pouco recomendáveis.

A estratégia de Prebisch, para o desenvolvimento da América Latina, baseava-se nos seguintes pontos: (i) Compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, através de tarifas elevadas e restrições às quantidades importadas; (ii) Incentivo ao ingresso de capitais externos, na forma de empréstimos de governo a governo, buscando aumentar os investimentos para a implantação da infraestrutura básica; (iii) Realização de reforma agrária para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, assim como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; (iv) Maior

participação do Estado na captação de recursos e na implantação de infraestruturas, como energia, transportes, comunicações, entre outros.

A estratégia preconizada por Prebisch recebeu críticas, tanto do exterior, daqueles contrários à industrialização da periferia, como dos grupos nacionais ligados à oligarquia agrário-exportadora. No final da década de 40, todavia, os problemas econômicos da América Latina agravaram-se, demonstrando a insuficiência das teorias econômicas tradicionais e confirmando os argumentos de Prebisch, com relação à deterioração das relações de troca. Com base nesta síntese, pode-se mostrar que a concepção do sistema centro-periferia, origem e base do pensamento cepalino, possui um caráter estruturalista.

Segundo Bielsthowsky (2000), além do enfoque histórico-estruturalista, baseado na ideia de relação entre centro-periferia, percebe-se a preocupação com a inserção internacional, a análise dos condicionantes estruturais internos e da necessidade e possibilidades da ação estatal. Autores como Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e outros, articulados em torno da CEPAL, deram continuidade as ideias de Prebisch. A mão invisível do mercado, para Prebisch, ao invés de corrigir distorções, acentuava-as, porque os países centrais se apropriavam da maior parte do progresso técnico.

Para o referido autor é possível identificar fases na produção intelectual da CEPAL, conforme a mensagem ou “ideias-força”, a partir de sua origem nos anos 50, que representou os anos de ouro para a CEPAL, o auge da criatividade de ousar e de influenciar. As mensagens eram inovadoras e havia campo fértil para a sua divulgação. A ideologia cepalina se encaixava nos projetos políticos de vários governos latino-americanos. Havia uma sintonia em torno da nova teoria do desenvolvimento, no qual os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, pois em aspectos relevantes, funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos. A industrialização proposta por Prebisch deveria ocorrer mediante a substituição das importações. Por sua vez, Cardoso (1993) fundamentou o seu raciocínio na necessidade de aumentar a produtividade e obter a acumulação de capitais para elevar o bem-estar da população.

Já nos anos 60, a ideia-força era redistribuir para crescer, esgotava-se a etapa fácil de substituição das importações, com base na exportação de produtos tradicionais. As substituições eram feitas sob altos custos e com a mais alta relação capital/trabalho, geralmente como resposta à maior procura de produtos industrializados, em relação aos produtos primários, motivo pelo qual se passou a incentivar a exportação de produtos

manufaturados, porque o financiamento das importações de produtos de tecnologia cada vez mais intensiva passava a exigir, portanto, o aumento de exportações de produtos não-tradicionais, sobretudo industrializados (SOUZA, 1993).

Neste período, de crescente polarização político-ideológica entre leste e oeste, três acontecimentos da história latino-americana afetaram radicalmente o pensamento cepalino: em primeiro lugar a crescente instabilidade macroeconômica e acentuada pressão inflacionária; em segundo lugar, a urbanização que acontecia com aumento do empobrecimento, da favelização e uma crescente insatisfação, traduzida em pressões sociais dos meios políticos e sindicais; e, por último, a Revolução Cubana de 1959 que provocou uma mudança na atitude norte-americana, como reação à movimentação política que se espalhava pela América Latina. Na ocasião, os EUA abandonaram a atitude desconfiada do período macarthista (período de intensa patrulha anticomunista, perseguição política e desrespeito aos direitos civis nos Estados Unidos que durou do fim da década de 1940 até meados da década de 1950) e implantaram o Programa Aliança para o Progresso, conduzido pela Organização dos Estados Americanos (OEA); de posição “socialdemocrata” - Carta de Punta de Leste – OEA, 1961, assinada pelos EUA e maioria dos países - com a finalidade de neutralizar a possível disseminação dos ideais socialistas na América Latina.

Este novo quadro internacional fez com que a CEPAL incorporasse um discurso de natureza sociológica e mantivesse diálogo com as posições políticas mais moderadas. Segundo Bielschowsky (2000), os diagnósticos cepalinos preconizavam agendas políticas de reformas dentro do capitalismo, a fim de alterar o padrão e o estilo do desenvolvimento por meio de melhor distribuição de renda e de profundas reformas, agrária, patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica, para as quais era necessária profunda transformação política, principalmente a recuperação da democracia. Enquanto a esquerda pregava como única saída à revolução, a CEPAL estava refinando seu quadro conceitual para defender “estilos” mais justos de crescimento - temática central da década seguinte.

Nos anos 70, então, o pensamento cepalino voltou-se para uma reorientação dos estilos de desenvolvimento na direção da homogeneização social e da industrialização pró-exportadora. A partir da metade dos anos 60 até o choque do petróleo em 1973 – final do auge econômico mundial, a América Latina em geral experimentou um crescimento acelerado com uma média anual de 6,7%, com excelente desempenho nas exportações. Havia folgada

liquidez internacional, gerando divisas adicionais às receitas de exportação para apoiar o processo de industrialização. No Brasil, foi a época do “milagre econômico”.

Com a crise do petróleo e diante da recessão, a América Latina endividou-se ainda mais para manter o crescimento. Este endividamento interno não foi igual em todos os países. Brasil e México deram continuidade ao seu processo de industrialização, com forte participação estatal. Argentina, Uruguai e Chile abriram completamente seu comércio exterior e suas finanças. Esta crise internacional trouxe ao pensamento da CEPAL um maior enfoque em análises macroeconômicas, na questão do endividamento e nos requisitos necessários para a diversificação das exportações. De forma geral, houve a redução da influência da CEPAL sobre o pensamento econômico da América Latina, motivada por dois acontecimentos: surgimento, em muitos países, de centros acadêmicos de excelência, resultantes do aprimoramento educacional e do fortalecimento das estruturas estatais; e pelo golpe militar que derrubou o Governo de Salvador Allende no Chile, fazendo com que a sede da CEPAL em Santiago a partir de 1973 ficasse sem a participação da intelectualidade latino-americana que fora obrigada a afastar-se. Esta fase da CEPAL é classificada como de “sobrevivência”. Contudo, ainda assim, permaneceu resguardada a preocupação com o desenvolvimento no médio e longo prazo.

Com a crise, nos anos 80, restou à tentativa de superação do problema do endividamento externo, com políticas de ajuste e estabilização. A crise, ocasionada pelo endividamento e recessão que se seguiu ao choque do petróleo em 1973, acabou com os projetos de desenvolvimento. Diversas quedas cambiais, elevações das taxas de juros norte-americanas e a menor entrada de capitais provocaram a recessão na maioria das economias. A partir de então, o esforço intelectual da CEPAL foi o de se opor ao tipo de ajustes exigidos pelos bancos credores e pelo FMI, com preferência pelas questões imediatas relacionadas à dívida, à estabilização e ao ajuste.

Após este período de “sobrevivência”, é retomado o debate mais importante da CEPAL: o processo de crescimento econômico no longo prazo, com o documento “Transformação Produtiva com Equidade”, publicado em 1990. Mantém um bom número dos elementos característicos do pensamento consagrado por Prebisch, mas dá uma abertura e reconsidera a estratégia de crescimento, ou seja, reconhece as deficiências no modelo de industrialização do passado, inclusive com a pouca recepção ao progresso técnico e por haver sido tolhido, muitas vezes, pelas classes empresariais.

Ainda, segundo Bielsthowsky (2000), o objetivo desta abertura é evitar o isolamento tecnológico na era da globalização produtiva e de revolução eletrônica e da biotecnologia, com o aceleração do aprendizado tecnológico, com estratégia de expansão e elevação dos coeficientes de exportação. A nova estrutura da CEPAL recupera a agenda das análises e das políticas de desenvolvimento com adaptação aos novos tempos de abertura e da globalização, ressaltando que a América Latina precisa, ainda, de um conjunto de políticas públicas que dê suporte ao desenvolvimento em função das peculiaridades regionais. Na sequência, apresenta-se a teoria da dependência.

2.2 A teoria da dependência

Convencionou-se chamar "teoria da dependência" o conjunto de teorias e modelos que têm por finalidade explicar as dificuldades que encontram alguns países para chegar ao desenvolvimento econômico. Essas teorias se desenvolvem nos anos sessenta através de economistas como Prebisch e sob o contexto da CEPAL. Inicialmente essas teorias se dirigiram à realidade latino-americana, sendo posteriormente generalizadas por economistas neomarxistas, dos quais se destaca Samir Amin, que associou ao conceito de desenvolvimento desigual e combinado.

Segundo Oliveira (2000), a teoria da dependência teve origem junto às teorias estruturalistas dos estudiosos latino-americanos, estendendo-se a outras teorias, tanto do âmbito da economia, como da sociologia, representando uma reflexão sobre o paradigma do desenvolvimento econômico do capitalismo da década de cinquenta e suas consequências no subdesenvolvimento dos países então denominados em desenvolvimento e suas dificuldades de frente à economia mundial. A proposta de Prebisch e da CEPAL foi, a base da teoria da dependência. Entre os principais autores desta teoria estão André Gunder Frank, Raúl Prebisch, Theotonio dos Santos, Enrique Cardoso, Edelberto Torres-Rivas e Samir Amin.

A dependência econômica é uma situação em que a produção e a riqueza de alguns países está condicionada pelo desenvolvimento e condições conjunturais de outros países, aos quais ficam submetidos. O modelo "centro-periferia" descreve a relação entre a economia central, autossuficiente e próspera, e as economias periféricas, alheias entre si, débeis e pouco competitivas. Diante da ideia clássica de que o comércio internacional beneficia a todos os

participantes, estes modelos desenvolvem apenas as economias centrais, as quais se beneficiam desse processo.

Segundo Frank (1969), o subdesenvolvimento não é consequência das instituições arcaicas, da falta de capitais nas regiões que tenham se mantido distantes do curso normal da história, mas pelo contrário, o subdesenvolvimento tem sido e é gerado pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico do próprio capitalismo. Conforme sinaliza o autor, os mecanismos mediante os quais o comércio internacional agrava a pobreza dos países periféricos são diversos:

- a) A especialização internacional derroga aos países periféricos o papel de produtores-exportadores de matérias primas e produtos agrícolas e consumidores-importadores de produtos industriais e tecnologicamente avançados;
- b) A monopolização das economias centrais permite que o desenvolvimento tecnológico se traduza em aumentos salariais e a preços enquanto que na periferia se traduzem em redução de preços;
- c) A expansão econômica tem efeitos diferentes sobre a demanda de produtos industriais e sobre a produção agrícola. Quando os países da periferia crescem economicamente, suas importações tendem a aumentar mais rapidamente que suas exportações. Como consequência, os países latino-americanos aplicam uma estratégia de desenvolvimento baseada no protecionismo comercial e na substituição das exportações. Os bancos centrais esforçam-se em sobrevalorizar suas próprias moedas para baratear as importações de tecnologia.

Essa estratégia funcionou satisfatoriamente durante a década de setenta em que se produziu um crescimento generalizado dos preços das matérias primas nos mercados internacionais, influenciando muito negativamente as economias centrais. Mas finalmente, a contração da demanda internacional e o aumento do tipo de interesse desencadeou na década de oitenta crises da dívida externa, o que exigiu profundas modificações na estratégia de desenvolvimento.

Conforme Santos (1971) a teoria da dependência combina elementos neomarxistas com a teoria econômica keynesiana (baseada em ideias econômicas liberais, surgidas nos EUA e Europa como resposta a depressão dos anos 20). A partir do enfoque econômico de Keynes, a teoria da dependência está composta por quatro pontos fundamentais: a) desenvolver uma considerável demanda interna efetiva em termos de mercados nacionais; b) reconhecer que o setor industrial é importante para a conquista de melhores níveis de

desenvolvimento nacional, especialmente porque este setor gera maior valor agregado aos produtos em comparação com o setor agrícola; c) incrementar os como meio de gerar meios demanda agregada e condições de mercado nacional; d) promover um papel governamental mais efetivo para reforçar as condições de desenvolvimento nacional e aumentar os padrões de vida do país.

De acordo com a escola da dependência, as principais hipóteses referentes ao desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo são: a) o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo necessita ter um grau de subordinação ao centro em contraste do desenvolvimento das nações centrais cujo desenvolvimento foi historicamente e é hoje em dia independente; b) os dependentistas em geral consideram que as nações periféricas experimentam maior desenvolvimento econômico quando suas relações com o centro estão mais enfraquecidas, assim, por exemplo, é a realidade dos anos 30 a 40, quando as nações do centro estavam centradas na solução dos problemas da Grande Depressão e as potências ocidentais envolvidas na segunda Guerra Mundial; c) quando os países do centro recuperam a sua crise e restabelecem seus vínculos comerciais e financeiros, incorporam de novo ao sistema os países periféricos, e o crescimento e a industrialização destes países tende a ser subordinada (FRANK, 1969).

Para Santos (1971), a dependência dos países subdesenvolvidos resulta mais da produção industrial tecnológica, do que de vínculos financeiros a monopólios dos países do centro. Já, para Hetne (1982), a doutrina dependentista significou o salto e um marco alternativo para o desenvolvimento dos países latino-americanos e uma nova visão entre centro-periferia. Em termos de estratégias de desenvolvimento para o momento, enfatizando a industrialização pela substituição de importações, a planificação e o intervencionismo do Estado, em geral, a regionalização e a integração regional, promoveram resultados positivos no que tange ao desenvolvimento dos países periféricos.

As estratégias cepalinas, para Hetne (1982) funcionaram em um curto período. Experiências posteriores mostraram que a substituição de importações era, senão errada, inadequada, já que: o processo industrial necessitava de insumos, os quais tinham que ser importados e que por outro lado, criavam outra classe de dependência, a tecnológica e financeira; e, o padrão de distribuição confinava a demanda para manufaturas a uma elite relativamente minoritária, inibindo o crescimento.

Uma das principais críticas que atualmente é feita à teoria da dependência e da modernização, é que ambas continuam baseadas na perspectiva de Estados-nação. A globalização, a atuação de novos atores na sociedade internacional, introduzem outros vínculos que influenciam no desenvolvimento, sustentando-se atualmente um novo paradigma para as relações internacionais (da interdependência). Esses novos vínculos, por exemplo, podem ser decisivos no que tange a transferência de tecnologia. Nesse sentido, destaca-se que os EUA foram colônia de países que tiveram capacidade de romper o círculo vicioso do desenvolvimento.

Santos (1971) destaca que a evolução da situação socioeconômica da América Latina, desde a década de 60 até os dias de hoje, se desencadeia de um processo de dependência em relação aos países desenvolvidos e sua equivocada condição de pré-capitalistas. A CEPAL, segundo o referido autor, foi longe ao tratar temas como o das relações de troca e da industrialização.

Para Oliveira (2000, p. 180-181), a obra paradigma da dependência econômica foi produzida em 1966/67 por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, e buscou evidenciar a natureza social e política do processo, em momentos históricos e situações estruturais distintas. Esse pensamento encontrou seu bojo nas reflexões de Raúl Prebisch, junto à CEPAL. Cardoso e Faletto (1970) buscam trabalhar a teoria da dependência mediante critérios puramente científicos, afastando o cunho ideológico, e o fazem mediante a análise de três ordens:

- a) Estatuto teórico do conceito de dependência: mediante a análise de que as estruturas dependentes tem evolução própria, dentro dos limites definidos pelas relações de dominação-subordinação entre países;
- b) Relação entre estrutura dependente e estrutura dominante: que se dá através do mercado mundial;
- c) Relação entre teoria do desenvolvimento e teoria da dependência.

Os autores concluem que a relação entre as chamadas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas tem início com o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial de produção. Neste processo, as funções econômicas, sociais e políticas são definidas também através do mercado mundial. Trata-se de um macrossistema onde se encontram dois tipos de sociedade, com destinos distintos: no centro, localizam-se as metrópoles, circundadas por

sociedades periféricas, satelitizadas, não desenvolvidas, que se encontra em situação de dependência e exploração em relação às sociedades centrais e desenvolvidas.

Para Cardoso e Faletto (1970) a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. (...) Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relação de dominação. Entretanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. Isso é manifestamente insuficiente.

Segundo Oliveira (2000), a questão da dependência dos países periféricos, explicada, de um lado pela teoria estruturalista e de outro pela teoria marxista, aponta a um pessimismo no que tange a possibilidade de convivência harmônica entre os estados e desenvolvimento equilibrado, já que transparece a cooperação assimétrica e desigual estabelecida entre os países ricos e pobres.

A CEPAL, contudo, considerava o Estado-nação como ator principal, em que pese o caráter mundial do sistema. Atualmente, com as restrições dos Estados-nação em seu poder decisório, com cume especialmente a partir do início dos anos 70, e a interação de novos atores com poder decisório no contexto das relações internacionais, a doutrina cepalina perde força.

O sistema econômico internacional atualmente se caracteriza pelo lento e intenso desaparecimento da estabilidade do sistema monetário internacional, a baixa das taxas de crescimento econômico, o estancamento dos investimentos produtivos e o auge da acumulação especulativa, o aumento das taxas de desemprego permanente, a tendência em investir preferentemente na substituição de máquinas e equipamentos e na racionalização dos processos produtivos e não na expansão da capacidade produtiva. Soma-se a incorporação de

novas tecnologias as transformações na organização social do trabalho. A seguir apresenta-se atualidades do pensamento da CEPAL.

2.3 Atualidades do pensamento da CEPAL

Diante da não superação do subdesenvolvimento, tem-se que os debates cepalinos continuam atuais e Bielsthowsky (2000) destaca cinco elementos constitutivos da análise cepalina que se mantém nos dias de hoje: questão da inserção internacional e a vulnerabilidade externa dos países periféricos latino-americanos, agravada na atualidade pela fragilidade financeira decorrente da globalização; persistência da debilidade das estruturas institucionais, produtiva e sociais que exigem políticas corretivas; dificuldades na criação, incorporação e difusão do progresso técnico; busca da integração entre progresso técnico, emprego e distribuição de renda; e, por fim, análise e leitura estruturalista do processo inflacionário.

Assim, a teoria da dependência acabou revigorada também pelas crises econômicas internacionais e pela globalização que está a demonstrar que as economias nacionais estão integradas e dependentes da dinâmica capitalista mundial ditada pelos principais centros de decisão. Como consequência, o pensamento cepalino hoje, em uma postura contrária ao Consenso de Washington, situa-se, conforme Sachs (2001) na corrente que, de Karl Polanyi a Amartya Sen, postula a subordinação do sistema econômico aos objetivos sociais. Propugna-se a busca do equilíbrio entre o mercado e o interesse público, com construção e reconstrução das instituições e a formulação de políticas públicas que possam corrigir tanto as falhas do mercado como as do governo.

Mas as questões ligadas ao subdesenvolvimento e à dependência aos países ricos não representam a totalidade do problema. Segundo Sachs (2001) “outra parte do problema se deve à falta de cooperação entre os países em desenvolvimento (o grupo dos 77). Ao invés de optarem por empreender ações conjuntas, competem entre si para obterem investimentos estrangeiros”.

Para Ocampo (2001), o “desenvolvimento deve ocorrer, de forma endógena, pela coesão social e pela acumulação do capital humano e de conhecimentos.” Sendo que a ordem internacional deve, ao mesmo, tempo, abrir um amplo espaço à atuação de redes de instituições fortes, através de um sistema de “regionalismo aberto”. Este autor defende que

dois temas principais não podem deixar de constar dos debates sobre o desenvolvimento: o novo equilíbrio entre o mercado e o interesse público; e as políticas públicas. Para ele, os mercados podem se beneficiar de medidas que os ajudem a funcionar e garantir a distribuição equitativa dos resultados do desenvolvimento; e as políticas públicas devem ser uma forma de ação estatal exclusivamente estatal em torno do interesse comum.

Para que haja um desenvolvimento generalizado e equitativo, que produza os encadeamentos adequados, a democratização do acesso aos ativos produtivos e a inovação tecnológica, é fundamental a implantação de políticas de desenvolvimento rural, a formalização das microempresas e a inclusão gradual no sistema de previdência social dos trabalhadores por conta própria e dos empregados dos pequenos empreendimentos (SACHS, 2001).

Conclusão

O estudo da trajetória do pensamento da CEPAL nestes mais de sessenta e cinco anos oportuniza a reflexão sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento da América Latina, demonstrando o longo caminho o que ainda deve-se percorrer. O importante é que o pensamento da CEPAL se dá pela ótica de países periféricos e não como as doutrinas tradicionais, do ponto de vista dos países centrais.

Antes de dizer que a CEPAL ou seu pensamento estão superados, deve-se tomá-lo como ponto de partida para o aprofundamento cada vez maior do tema na busca de soluções factíveis à nossa realidade. O ponto mais importante é que o desenvolvimento está outra vez na pauta da CEPAL, com a busca de uma nova ordem internacional que abra espaços à atuação de redes de instituições regionais fortes, que possam apoiar os processos endógenos. Talvez seja necessário começar a indicar os pontos positivos desta trajetória, e as potencialidades regionais, a fim de encontrar saídas plausíveis e adequadas para o desenvolvimento peculiar da América Latina. A retomada do desenvolvimento, ao passar pela aplicação das ideias de Ocampo e Sachs, com o sistema de “regionalismo aberto”, processos endógenos e a implantação de políticas de desenvolvimento rural, calcadas nas particularidades de cada região, já permite vislumbrar um futuro mais promissor para a América Latina.

Referências bibliográficas

BIELSTHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record/COFECON/CEPAL, 2000.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CERVO, A. R.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FRANK, A. G. **América Latina: Subdesarrollo o Revolución**. Editorial ERA, México, 1969.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HETNE, B. **Teorias Del Desarrollo y El Tercer Mundo**. SADEC, Suécia, 1982.

OCAMPO, J. A. **Retomar la agenda del desarrollo**. Trabalho apresentado na reunião anual da Associação Americana de Economia em Nova Orleans (EUA) 2001.

OLIVEIRA, O. M. (Org.). **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2000.

SACHS, I. **A nova agenda de desenvolvimento da CEPAL**. Opinião/Estado de São Paulo, 20/08/2001. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

SANTOS, B. de S. **Os processos da globalização**. In: SANTOS, B. de S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SANTOS, T. dos. **O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina**. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. P 185-236 (Biblioteca de Ciências Sociais).

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.